

**GT (06) – (Alternativas agrícolas: discursos de justificação e de
contraposição ao produtivismo)**

**Título do Trabalho: Disciplina e Controle:
Aproximações e Distanciamentos entre as Estratégias dos Projetos de Colonização
e de Projetos de Assentamento**

**Paula Adelaide Mattos Santos Moreira¹
Guiomar Inez Germani²**

¹ Mestre /Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário - INCRA/ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo UFBA, paulagemeos@uol.com.br

² Doutora /Coordenadora do Grupo de Pesquisa GeografAR e Professora do Programa de Pós Graduação em Geografia - UFBA / Instituto de Geociências da UFBA, Guiomar@ufba.br

Resumo: O texto proposto traz uma reflexão decorrente das formas de implantação de agrovilas nos projetos de colonização rural, idealizados na ditadura militar entre 1970 e 1980, e os projetos de assentamento implantados a partir da década de 1980 até 2010. Como referencial teórico tenta-se aplicar as reflexões de Foucault (1987), quanto à sociedade disciplinar. Neste caso, visualiza-se tanto nos projetos de colonização quanto nos de assentamentos resquícios de um confinamento social, muito mais acentuado no primeiro caso. Isto se explica porque o público da política de reforma agrária tradicionalmente é constituído por camponeses que lutam por terra, isto é, rebeldes. Assim sendo, no regime militar a intolerância a estes era maior, fato que os levou a serem vítimas de uma política cujo objetivo não era assenta-los e, sim, calá-los e escondê-los do conjunto da sociedade que estava, naquele momento, sendo manipulada com o discurso da modernização do país. Também se utiliza Deleuze (1992) quando este se refere à sociedade do controle. Nos projetos de assentamento nota-se como o controle do capital se estabelece de forma contínua e decisiva. Aos assentados é oferecida uma forma de produção submissa a um pacote tecnológico (sementes transgênicas, adubos químicos, agrotóxicos, maquinário) que tende a colocá-los em posição de devedores, fazendo-os enfrentar a concorrência de mercado de forma contraditória a sua condição camponesa. Entende-se que em ambas as formas de aplicação da política de agrária as intenções estavam distantes de serem libertadoras. A partir daí, tenta-se demonstrar como as questões conjunturais político-econômicas interferem nos processos e, como os conceitos de sociedade disciplinar e sociedade do controle se relacionam com as características desta política.

Palavras-chaves: projetos de assentamento; projetos de colonização; sociedades disciplinares e de controle.

1 Introdução

Este texto traz uma reflexão quanto às formas espaciais decorrentes da implantação de núcleos urbanos nos projetos de colonização rural, idealizados na ditadura militar entre 1970 e 1980, e os projetos de assentamento (PAs) implantados a partir da década de 1980 até 2010. Ambos se constituem em experiências de políticas de reforma agrária aplicadas a partir da autarquia federal, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Como referencial teórico tenta-se aplicar as reflexões de Foucault (1987), quanto à sociedade disciplinar. Neste caso visualiza-se tanto nos projetos de colonização quanto nos de assentamentos resquícios de um confinamento social, muito mais acentuado no primeiro caso. Isto se explica porque o público da política de reforma agrária tradicionalmente é constituído por camponeses que lutam por terra, isto é, rebeldes. Assim sendo, no regime militar a intolerância a estes era muito maior, fato que os levou a serem vítimas de uma política cujo objetivo não era assenta-los e, sim, calá-los e escondê-los do conjunto da sociedade que estava, naquele momento, sendo manipulada com o discurso da modernização e da integração do país.

Também se utiliza Deleuze (1992) quando este se refere à sociedade do controle. Nos projetos de assentamento nota-se com mais clareza como o controle do capital se estabelece de forma mais aberta, porém, contínua e decisiva. Como exemplo, se pode citar que não existe na atualidade uma oposição tão acirrada a implantação de projetos de assentamento, quanto houve no passado. Porém, aos assentados é imposta uma forma de produção totalmente submissa a um pacote tecnológico (sementes transgênicas, adubos químicos, agrotóxicos, maquinário, etc.) que os coloca em posição de devedores e os obriga a enfrentar a concorrência de mercado de forma contraditória a sua condição camponesa.

Entende-se a partir destes autores que em ambos as formas de aplicação da política de reforma agrária as intenções estavam distantes de serem libertadoras. Tenta-se, então, demonstrar como as questões conjunturais político-econômicas interferiram nos processos e como os conceitos de sociedade disciplinar e sociedade do controle se relacionam com as características de tais desenhos de política agrária.

Considerando como uma proposta de cunho disciplinar, os projetos de colonização tinham no planejamento espacial seu grande instrumento. O urbanismo rural era o discurso, onde cada elemento era pensado no sentido de se fazer funcionar tal estrutura de forma previamente estabelecida. Este tipo de proposta tem na materialização seu principal elemento, isto é, a arquitetura torna-se um elemento essencial, assim como a casa da família, o prédio da escola, o edifício do quartel, o edifício da fábrica e o presídio dos marginais.

Os projetos de assentamento, apesar de terem grandes resquícios do momento anterior e, muitas vezes serem reproduzidas neles formas espaciais disciplinares oriundas das experiências dos projetos de colonização (agrovilas, por exemplo), têm em sua materialidade as formas de controle estabelecidas na contemporaneidade. As disputas de poder locais geram seus modelos espaciais únicos, planejados de forma variada sem um centralismo formal, estabelecidos para as tomadas de decisão. Assim sendo, a arquitetura deixa de ser o elemento principal e o processo caminha para um mundo virtual.

Tratando-se da micropolítica. Entende-se que nos projetos de colonização, mesmo com toda estrutura física centralizada, pensada e montada para disciplinar o público alvo, houve uma acomodação das forças locais que transformaram cada experiência em algo único. Algo fora do controle disciplinar estatal, porém, bastante penoso para os colonos. Não se tem uma experiência exitosa de projeto de colonização. Atualmente muitos projetos se transformaram em municípios que, tem uma população altamente vulnerável dos pontos de vista social, econômico e político.

Nos assentamentos, que se constituem na materialização direta das lutas sociais por terra, existe a presença dos movimentos sociais. Este fato dá a estes uma conotação política completamente diferente que a dos projetos de colonização, que estavam inseridos num rol de ações de iniciativa estatal. A micropolítica se coloca neste caso de forma muito mais variada. Nuances locais se tornam mais vivas nos processos de decisão. Neste caso, segundo Guiomar

Germani (1998), o fator gerador do PA, a localização, a organização espacial da produção e, a dimensão de seus desafios deve ser compreendida porque, também, definem o espaço produzido na reforma agrária.

É, também, considerado como base para as reflexões levantadas sobre a implantação dos projetos de colonização e de assentamentos que a sociedade urbana transforma progressivamente a vida agrária, seguindo uma tendência de urbanização global (LEFEBVRE, 1999). Nesta perspectiva, considera-se que no período de implantação dos projetos de colonização estudados a expansão capitalista impunha uma lógica urbana para os espaços, mesmo que rurais e, nos casos apresentados, o modelo modernista serviu de referência para a concretização deste processo, subjulgando e desconsiderando as formas espaciais construídas historicamente pelas sociedades camponesas.

Busca-se, com a reflexão proposta compreender com que abrangência e forma, a arquitetura e o urbanismo, com suas ideias, ideários e instrumentos nos períodos analisados, interferiram nas intervenções governamentais ocorridas no meio rural. Tais reflexões são de suma importância para esta pesquisadora que, inserida no Programa de Doutorado da FAU-Ufba investiga os processos urbanos desencadeados pela política federal de reforma agrária no estado da Bahia.

2 As Sociedades Disciplinares no Meio Rural Brasileiro

No meio rural, a ocupação do espaço brasileiro sempre esteve vinculada a interesses produtivos de elevado porte e a grandes propriedades. No início do processo de colonização instalaram-se as fazendas de engenho, localizadas na região costeira do país (principalmente na Bahia e em Pernambuco), que, destinavam-se a suprir os interesses da metrópole portuguesa. A mão de obra era escrava e os espaços eram eminentemente disciplinares.

No processo de interiorização do país, afirma Luccas (1997), próximo a grandes rios, surgiram as fazendas de gado. Neste caso, aparecem os vaqueiros que, construíam suas casas na área da fazenda e criavam seu gado, além do gado do fazendeiro, formando, muitas vezes pequenos vilarejos em torno da casa grande. As fazendas de gado estavam presentes em grande parte do território brasileiro desde o sul, ao norte, o nordeste, abrangendo, ainda a região sudeste, com destaque para Minas Gerais. Tais espaços, apesar de menos disciplinares que os dos engenhos, carregavam uma carga de hierarquia política, social e econômica. O fazendeiro sempre tinha o poder da decisão.

Desde a Proclamação da República até o ano de 1930 vigorava no Brasil a República Velha, conhecida hoje como o primeiro período republicano brasileiro. Neste momento, o poder político estava concentrado pela oligarquia cafeeira, já que o café exerceu uma grande importância para a economia do país, porque era praticamente o único produto brasileiro de exportação.

Seu cultivo era desenvolvido especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e algumas áreas de Minas Gerais, fato que gerou maior desenvolvimento urbano nas principais cidades destes estados.

As fazendas de café chegaram a ter edifícios bastante sofisticados e imponentes, possuidoras de arquiteturas ecléticas com grande influência neoclássica, segundo Cruz (2010). Normalmente as casas grandes eram inseridas em pontos mais altos, porém com toda a estrutura produtiva em seu entorno, mostrando a priorização do setor produtivo em relação à estética da paisagem, seguindo, neste aspecto, o mesmo conceito das fazendas de engenho, de gado, de cacau e de borracha. O fator disciplinar era o principal aspecto para justificar a implantação das casas grandes junto das áreas de beneficiamento, alojamento e produção em todos os casos citados.

Com a crise do café e a abolição da escravidão, incentivou-se um processo de colonização rural no Brasil. Germani (1993) identifica este fenômeno como a primeira fase do

processo de colonização brasileira, que aconteceu entre 1822 a 1930 e, foi caracterizado pelo seu público alvo: os imigrantes estrangeiros.

É importante destacar neste contexto que, por ocasião dos conflitos entre a França e a Inglaterra, foi forjado e veiculado pela primeira a existência de uma América Latina. Esta América, diferente da América anglo saxônica (liderada pela Inglaterra), deveria ter sintonia com padrões estéticos, culturais e comportamentais aos da França. A crise política e econômica de Portugal e Espanha propiciou terreno fértil a territorialização deste padrão. Segundo Gonçalves & Quental (2011), isto significou um prolongamento da colonialidade no Brasil em relação à Europa.

Os latinos americanos, a partir desta proposição se constituiriam dos descendentes europeus. Isto significa que os índios e negros foram desconsiderados. Desconsiderados, também, foram suas culturas, artes, religiões e saberes. A presença destes habitantes era vista de forma negativa e pejorativa. Assim sendo, eles não teriam condições de povoar e contribuir para desenvolvimento do país de forma adequada.

Neste contexto, a imigração estrangeira foi incentivada para se impedir que a nação brasileira fosse predominantemente constituída de cidadãos índios, negros e mestiços. Desejava-se que esta fosse constituída de uma “raça nobre” para se viabilizar o desenvolvimento país.

Como consequência, os negros libertos da escravidão ficaram sem opção de trabalho, no mesmo instante que grande parte dos imigrantes estrangeiros foi encaminhada para trabalhar nas fazendas de café.

Houve, entretanto, um considerável percentual de imigrantes (suíços, alemães, italianos, dentre outros) que foi assentado em colônias agrícolas com o intuito de desenvolver áreas pouco povoadas com o conhecimento prévio que haviam adquirido em seus países de origem. Províncias e agenciadores incentivavam a imigração prometendo terra e prosperidade. Os imigrantes passaram por dificuldades no início do processo, sendo que muitos desistiram. Os que resistiram, em geral, se utilizaram dos próprios recursos para desenvolver as terras que tiveram acesso. Neste caso, a organização de cada grupo e suas articulações locais definiram cada uma das colônias implantadas pelos imigrantes.

Assim sendo, longe da interferência direta dos cafeicultores, algumas colônias agrícolas do sul do país conseguiram se manter e reproduzir.

Na segunda fase de colonização (1930-1964) elencada por Gemani (1993), em meio ao debate acirrado pela viabilidade ou não da reforma agrária, foram implantadas algumas colônias agrícolas onde se destacava a pouca assistência do Estado em relação aos colonos.

Estas colônias já não tinham como característica principal o público estrangeiro. Elas estavam inseridas numa perspectiva de abastecimento alimentar aos centros urbanos que cresciam com grande velocidade. Assim, houve, neste momento uma orientação disciplinar a estes espaços, regido pelo Estado e pelas demandas advindas do capital que se introduzia nas cidades. Da mesma forma como ocorreu na primeira fase, estas colônias se desenvolveram de diversas formas, de acordo com as características sociais, culturais, organizacionais e físicas do espaço físico.

Num contexto geral, as colônias agrícolas deste período não se constituíam como uma resposta do Estado aos conflitos emergentes no campo. Estavam, sim, associadas a uma demanda do capital, como já mencionado.

Paralelamente a este fato, segundo Oliveira (2007), desde a marcha nacional para a industrialização e a conseqüente urbanização a partir de 1930, a sociedade passou a conviver com o aprofundamento dos conflitos no campo que, em parte, foram relacionados com as tentativas de organização dos camponeses e trabalhadores assalariados diante da presença de latifúndios improdutivos.

Para este público, entretanto, o Estado se comportava de forma omissa, porém, segundo Oliveira (2007), um longo embate ideológico na sociedade sobre a reforma agrária se estabelecia. Existia certo consenso entre os comunistas, a esquerda nacionalista e os nacionalistas liberais a respeito de sua necessidade para o país, para eles, a oligarquia rural

representava o latifúndio improdutivo ou pouco rentável, contrário aos novos interesses industriais e democráticos.

Após 1964, o processo democrático de debate sobre a questão agrária foi cessado. Contraditoriamente o Presidente Castelo Branco assinou o Estatuto da terra (lei nº 4.504), vigente até o presente momento. Porém, apesar de seu conteúdo ser bastante amplo, tratando da função social da terra e da própria reforma agrária, esta lei não foi implementada pelos militares. Pelo contrário, segundo Oliveira (2007), o período foi marcado por um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros. Pode concluir que o Estatuto da Terra se constituiu, segundo a lógica de Harvey (1980), numa elaboração oriunda de uma teoria contra revolucionária que se apropriou de uma teoria revolucionária, no caso a reforma agrária, manipulando-a de acordo com os interesses das forças conservadoras nacionais.

O essencial é que de modo geral, como afirmam Leite et alli (2004), durante o regime militar prevaleceu a vertente do “desenvolvimento agrícola” em detrimento da reforma agrária. Políticas de governo voltadas para a modernização do latifúndio tiveram lugar central na estratégia de desenvolvimento adotada, na qual as exportações de produtos agrícolas e agroindustriais eram essenciais para a geração de divisas.

De acordo com a lógica de urbanização dependente de Castells (1993), a sociedade agrária predominante (as oligarquias) não se decompôs como poderia ter acontecido caso o projeto de reforma agrária tivesse se efetivado, pelo contrário, se fortaleceu pela concordância dos interesses entre os grupos dominantes urbanos e rurais.

Segundo Oliveira (1972), isto se explica pelo fato de que o subdesenvolvimento das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo se constitui na “produção” das oposições entre nações (centro-periferia), das estruturas internas de dominação (classes sociais internas) e da expansão do capitalismo mundial. A modernização agrícola brasileira contou com todos estes elementos para se reproduzir enquanto realidade, tendo o Estado com grande protagonista e as conservadoras oligarquias em conjunto com os oligopólios internacionais como os maiores beneficiários deste processo.

Os projetos de colonização aparecem neste momento, dando corpo a terceira fase indicada por Germani (1993). Suas características estão tratadas de forma destacada, já que o objetivo deste artigo é relacionar as políticas de reforma agrária no regime de ditadura militar e no período democrático.

Por fim, é interessante notar que tradicionalmente os espaços rurais tinham um forte aparato de poder e, diante dele o disciplinamento era um instrumento fundamental. Mais severos nas fazendas de café e cana de açúcar, menos nas de gado, porém sempre existentes. Já nas colônias agrícolas, quanto mais o Estado e os interesses do capital se colocavam, mais os espaços se aproximavam do confinamento.

3 Projetos de Colonização: Confinamento na Mata Amazônica

As ideias mais representativas elaboradas para subsidiar o processo de colonização rural dirigido exclusivamente pelo Estado brasileiro aconteceram a partir de 1970, no duro Governo Médici. Estas, segundo Germani (1993) objetivavam subsidiar uma política nacional de base geopolítica, além, de abrir divisas para a expansão do capitalismo, tanto agrícola como industrial e de mineração na região Amazônica. Os projetos de colonização de maior importância e envergadura foram implantados nas margens da recém-construída BR 230, a rodovia Transamazônica.

Uma publicação de 1973 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma redigida pelo arquiteto José Geraldo da Cunha Camargo se constitui no documento básico para se entender todo o processo de concepção inicial das formas espaciais produzidas nos projetos de colonização.

O autor explicita em seu texto sua grande experiência na implantação de colônias agrícolas na segunda fase de colonização rural brasileira (de 1930 a 1964). Ele, no início do texto sinaliza a opinião de que tais colônias sofriam evasão não dos que não

conseguiam se desenvolver nelas, mas, justamente dos que conseguiam acumular recursos para se mudar para as cidades. Esta, segundo o autor, se constituía no lócus de múltiplas possibilidades e de desenvolvimento. O campo, ao contrário, era o local da ignorância e do atraso tecnológico. Era necessário, então, levar os elementos da estrutura urbana para os projetos de colonização, permitindo, assim, possibilidades de desenvolvimento para os mesmos.

Este arquiteto foi responsável pela transposição das ideias urbanísticas e arquitetônicas de colonização ocorridas em outras partes do mundo, para o Brasil.

O conceito em que Camargo apoiou sua proposta foi o de urbanismo rural que, segundo ele, baseava-se no planejamento integrado, considerando-se elementos da área social, econômica e física do meio rural. Assim, determinavam-se zoneamentos, destinavam-se usos, dimensionavam-se áreas tendo em vista os recursos necessários para criar e promover o desenvolvimento.

As áreas deveriam ganhar autonomia econômica gerando uma espécie de rede urbano-rural autossustentável socioeconomicamente. Para tanto, deveria haver um controle social dos que iriam ocupar os espaços propostos.

Unidades espaciais de referencia conceitual foram propostas. De acordo com a publicação de Camargo (2003), interpreta-se que uma agropólis deveria se constituir num pequeno centro agroindustrial, cultural e administrativo destinado a dar apoio à integração social no meio rural. Sua influência deveria abranger um raio de 10 km, onde estariam localizadas as agrovilas. Estas, teoricamente funcionariam como bairros satélites das agropólis, com características mistas entre o rural e o urbano, objetivando acomodar os que estavam diretamente se dedicando as atividades agropecuárias.

Com a lógica do planejamento integrado, foi elaborado um modelo teórico espacial pensado para se criar uma rede urbano-rural hierárquica, onde elementos da urbanidade fossem recriados em áreas rurais. Tal hierarquia tinha como elemento central a ruropólis que se constituía como pequeno polo de desenvolvimento, onde orbitavam as agropólis e as agrovilas num raio de 70 a 140 km.

Como parte deste controle social para garantia do “sucesso” dos empreendimentos, estipulou-se que pessoas com pouca instrução e poucos recursos deveriam ser contratadas para trabalhar, sem o direito a terra. Estas receberiam uma casa em uma agrovila com um terreno suficiente somente para a sua produção de subsistência. O que se objetivava era a ocupação para fins de desenvolvimento e modernização econômica. Talvez uma das experiências com propósitos mais disciplinadores existentes na história do Brasil.

O planejamento era o grande norteador deste processo assumindo o protagonismo das ações governamentais. O Estado era o grande planejador. Sugerindo-se uma relação com Arantes (2000), percebe-se nitidamente que o planejador passa a se confundir com um empreendedor, assim sendo, o Estado empreende os projetos de colonização, embora de forma contraditória em relação a seus objetivos.

Neste contexto, pensava-se na construção de comunidades onde o coletivo prevalecesse sobre o individual. Elementos culturais característicos tais como religião e hábitos, deveriam ser diluídos para a formação de um novo grupo social que desse conta da proposta elaborada. Uma grande utopia disciplinar. Um espaço de confinamento.

Ao mesmo tempo em que se propunha a ocupação da Amazônia com funções agrícolas, negava-se o modo de vida rural. O modo de vida urbano era a utopia perseguida.

Apesar da experiência e conhecimento técnico e histórico do arquiteto, não se conhece exemplos de projetos de colonização deste período que tenham tido êxito. As formas espaciais elaboradas pelo arquiteto foram implantadas e podem ser visualizadas in loco, porém, suas funções foram completamente alteradas. Grande parte dos núcleos urbanos projetados neste período se transformou em sede municipal, mas, com alto grau de carência econômica, social e de infraestrutura. A prosperidade advinda da produção agrícola não se concretizou e, a degradação ambiental desenfreada é uma triste consequência deste processo.

Dois aspectos devem ser destacados neste contexto. O primeiro se relaciona a toda estrutura urbana montada para se viabilizar a modernização da economia agrícola na região

Amazônica. Os dados mostram que este fato não ocorreu, mesmo com todo planejamento e recursos investidos para tal.

O segundo aspecto, é o fato de que a ocupação na floresta Amazônica seguindo este modelo teórico criou um grande trauma ambiental na região. Vastas áreas foram desmatadas a partir da ocupação dos colonos nos lotes de produção. O desenho da devastação em forma de “espinha de peixe” é uma constante em todos os grandes projetos de colonização implantados pelo regime militar na região Norte do país. Exemplos desta devastação podem ser vistos ainda hoje também em Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia.

Assim sendo, avalia-se que mesmo com forte essência espacial, planejada e centralizada em caráter disciplinador, de confinamento, os projetos de colonização já estavam integrados ao início da sociedade de controle, onde as empresas e grandes corporações se articulavam de forma global para viabilizar, ou não, interesses de grupos específicos. Fato este que implodiu a manipulação estatal em tais projetos e, os lançou em sistemas abertos, também, ou, tanto mais perversos.

4 Projetos de Assentamento: Espaços de Controle e de Disputa

Em contraponto as necessidades da sociedade, as ações da política agrária brasileira vêm acontecendo vagarosamente por consequência das pressões dos movimentos sociais, no intuito de dar resposta aos conflitos por terra. Para se compreender sua repercussão é fundamental se analisar os espaços produzidos por ela e, para tanto, é pertinente tratar uma das suas mais significativas ações: a implantação dos projetos de assentamentos – PAs. Estes se constituem em fazendas (normalmente no Estado da Bahia), desapropriadas pelo INCRA, destinadas a grupos de trabalhadores rurais a partir do instrumento legal da concessão de uso.

A criação de PAs não vem se dando de forma planejada no território nacional, visto que suas implantações vêm, especialmente, perseguindo exclusivamente a dinâmica da pressão social. Assim sendo, as localizações dos PAs não são estrategicamente pensadas e não estão inseridas num projeto maior de desenvolvimento da agricultura e abastecimento nacional. Simplesmente são criados onde há viabilidade de aquisição de terra, de forma aleatória e desconectada.

É importante destacar que, na maior parte dos exemplos, os PAs são frutos de acampamentos de trabalhadores rurais sem terra organizados por movimentos sociais, que reivindicam junto ao INCRA a desapropriação de uma determinada fazenda para fins de reforma agrária.

A presença dos movimentos sociais nos PAs dá a estes uma conotação política completamente diferente que a dos projetos de colonização, que estavam inseridos num rol de ações de iniciativa estatal. Nuances locais se tornam mais vivas nos processos de decisão. Neste caso, segundo Guiomar Germani (1998), o fator gerador do PA, a localização, a organização espacial da produção e, a dimensão de seus desafios devem ser compreendidos porque, também, definem o espaço produzido na reforma agrária.

Obrigatoriamente, em um PA é prevista área para reserva legal. Além disso, pode-se prever, porém sem obrigatoriedade, lotes de produção individual e coletiva e, em muitos casos, áreas destinadas à nucleação de habitações, chamadas normalmente de “agrovilas” (em referência aos conceitos estabelecidos nos projetos de colonização) onde são construídas as habitações e implantados os equipamentos sociais (escolas, posto de saúde, sede da associação, galpão, etc.). Destaca-se que o local de moradia de um PA comumente é implantado sem um estudo técnico e, sem necessariamente haver a ingerência do Estado. O local de moradia é fundamental para um PA e seus respectivos assentados porque, é justamente nele que ocorrem grandes significativas alterações espaciais num curto período de tempo, por ser o lócus principal da interação social do grupo.

Pela lógica de implantação de PAs do INCRA, até 2010, depois da desapropriação e de sua criação, eram cadastrados os beneficiários de reforma agrária que teriam a concessão de uso sobre a terra. Após este processo os assentados começariam a receber

recursos do INCRA para garantir a permanência na área e adaptar o espaço a seu novo uso. Como, normalmente, as famílias se encontravam, neste momento, em moradias extremamente precárias (barracos improvisados), uma de suas primeiras reivindicações era a concessão do Crédito Instalação/ Modalidade Aquisição de Material de Construção, destinado para construção de habitações. Este recurso era aplicado de forma coletiva, isto é, a associação comunitária realizava a compra dos materiais e dirigia, em conjunto com o INCRA, a construção das casas.

Conseqüentemente, um intenso processo de construção de habitações realizado de forma conjunta ocorria nos PAs, como uma das primeiras ações de intervenção espacial. Para isso, ruas e lotes, muitas vezes de dimensão urbana, eram demarcados, iniciando o processo de grandes transformações físicas e sociais, que misturam à práxis urbanística com a da reforma agrária, gerando o núcleos urbanos na reforma agrária, que se constituem em formas espaciais novas diferenciadas.

Neste momento, assim como em todos os momentos onde os assentados recebem qualquer crédito, surgem empresas interessadas em prestar serviços aos assentados. Estes, muitas vezes com grandes dificuldades de articulação comercial estabelecem negócios extremamente desinteressantes para o grupo. Assim sendo, instrumentos da sociedade do controle composta de sistemas abertos intercedem negativamente nestes locais distantes e pouco adensados de forma tão intensa que interferem nas formas espaciais dos PAs, conforme seus interesses.

As formas espaciais criadas neste processo de disputa, normalmente, são incompatíveis com a lógica de sobrevivência das comunidades ou, precariamente implantadas, dificultando o desenvolvimento do grupo social envolvido. Isto porque a localização, a dimensão e a caracterização dos núcleos urbanos dos PAs se constituem em elementos importantes para o grupo, pois, vão consolidar relações sociais e de trabalho.

O controle social não se dá, entretanto pelos espaços criados nos PAs. Isto porque, aos assentados é imposta uma forma de produção totalmente submissa a um pacote tecnológico (sementes transgênicas, adubos químicos, agrotóxicos e maquinários) que os coloca em posição de devedores e os obriga a enfrentar a concorrência de mercado de forma contraditória a sua condição camponesa.

Este controle é feito não de forma direta, como nas sociedades disciplinares. Ele é feito de longe e indiretamente. Interfere não somente na forma de produção e no modo de vida camponês, mas, em toda a sua estrutura de percepções, em seus anseios, em suas opções. Assim sendo, se estabelecem conflitos onde muitos assentados não conseguem manter suas vidas no meio rural através da reprodução de seus hábitos.

É neste momento que surgem processos urbanos contemporâneos no campo com variadas conotações e intensidades que se misturam com os processos de resistência e luta dos assentados, formando múltiplas relações, sempre inseridas na perspectiva do controle social.

5 Aproximações e Distanciamentos entre as Formas Espaciais Produzidas nos Projetos de Colonização e nos de Assentamento

Até meados do século XX o campo brasileiro tinha como principais gestores, oligarquias conservadoras com forte poder político. Por conta desta questão, as formas espaciais das fazendas brasileiras se baseavam numa centralidade em relação à casa grande que, cumpria um papel de disciplinamento e controle social, num genuíno modelo panóptico.

Neste mesmo período, o processo de colonização agrícola foi deflagrado pelo assentamento de imigrantes de forma pouco estruturada, porém, com o objetivo de se desenvolver os processos agrícolas a partir de experiências externas, excluindo-se dos negros libertos e índios a possibilidade de acesso a terra. Não houve uma intervenção consistente do Estado e nem de setores privados para a geração de infraestrutura produtiva e habitacional. Os imigrantes que conseguiram se manter como produtores agrícolas tiveram que se estruturar com seus próprios recursos e, por isso, é muito variada a forma de organização espacial adotada para tal. O disciplinamento neste caso, não focou o espaço interno das colônias agrícolas e, sim, fora

delas a partir do momento em que se selecionava um público (imigrantes estrangeiros) para elas e, excluía outro (negros e índios).

A necessidade de modernização do campo brasileiro foi amplamente debatida a partir da década de 1950, quando o processo de industrialização estava de se consolidando. Nacionalistas e forças de esquerda apoiavam a ideia da reforma agrária acreditando que somente a desconcentração de terras poderia viabilizar a modernização e o aumento da produtividade agrícola. Esta ideia também era reforçada pelas pressões sociais, tendo, porém, as conservadoras oligarquias como opositoras.

Em meio a este contexto de disputa ocorre em 1964 o golpe militar. A partir daí um regime totalitário entra em vigor com uma estratégia que mesclava controle do território nacional e crescimento econômico. Neste momento, inicia-se o processo de planejamento estatal para áreas rurais onde se priorizou colonizar a Amazônia. O governo encontrou nos projetos de colonização uma forma de minimizar conflitos agrários e modernizar o campo sem alterar a estrutura fundiária.

Com um modelo periférico e tardio de colonização, o Brasil assimilou muitas ideias advindas de experiências externas. Fazendo-se uma analogia com Maricato (2000) quando aborda a questão das cidades brasileiras, considera-se que a importação dos padrões do chamado primeiro mundo foi um elemento de grande importância que consolidou o processo de modernização incompleta ou excludente no campo brasileiro a partir, também, dos projetos de colonização.

Neste contexto, a ideologia modernista simplificada e empobrecida prevaleceu como forma de materialização da proposta de se adaptar estruturas urbanas em áreas rurais, buscando-se viabilizar o processo de modernização agrícola. Segundo a lógica de Engels (1975), nada mais que a ordenação destinada a propiciar maiores possibilidades de acumulação de capital pelas classes dominantes.

Percebe-se nos traçados urbanos dos projetos de colonização uma tipologia padrão para as chamadas agrovilas, com formas geométricas e simétricas. Grandes avenidas com praças de funções diversas inseridas em seus canteiros centrais era uma constante nos projetos das agrovilas. As tipologias das casas não variavam por agrovila e nem se considerava as demandas rurais. É evidente o cunho disciplinador dos projetos de colonização que buscavam prioritariamente na arquitetura e no urbanismo uma forma de condicionar demandas sociais e viabilizar ampliações de espaços de empoderamento.

Mas, como o momento era de passagem da modernidade para a contemporaneidade, o modelo de sociedade também estava em mutação. As sociedades disciplinares não dispunham mais de todos os atributos para dar conta das demandas do poder globalizante e empresarial que estava emergindo. Assim, a infraestrutura produtiva não foi implantada como havia sido planejada porque, segundo Oliveira (2001), a política agrária brasileira encontrou obstáculos para enfrentar as grandes questões estruturais, permanecendo atada a mecanismos setorializados e conjunturais, já que as possibilidades de transformação foram gradativamente sendo amaciadas e substituídas por outras, alinhadas com os interesses hegemônicos e de novas perspectivas que se abriam para estes.

A sociedade do controle que, não depende da arquitetura e do urbanismo para se reproduzir, não invalidou o confinamento das populações que foram instaladas nos projetos de colonização. Este continuou e continua a existir. Porém, a proposta de colonização foi gradativamente perdendo espaço, os projetos foram sendo esvaziados a nível de recursos e esforços estatais.

Com o processo de redemocratização do país o debate em torno da reforma agrária foi se fortalecendo novamente. A constituição de 1988 assegurou a função social da terra e deu margem para ação dos movimentos sociais de luta pela terra. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST ganha projeção e espacialização nacional. Sob pressão e expectativa nacional, intensifica-se a política de implantação de projetos de assentamento pelo INCRA, principalmente em meados da década de 1990.

Os projetos de assentamento não são planejados de forma centralizada. Percebe-se nos variados traçados dos projetos de assentamento as múltiplas relações sociais que agem

dentro destes espaços. Visualiza-se uma incorporação dos padrões disciplinares dos projetos de colonização, tanto pela ação dos representantes do Estado como dos movimentos. Tal padrão disciplinar, representado pela agrovila, atende, ainda que precariamente, as demandas de ambos. Pois, tanto o Estado como os movimentos tem o interesse de tornar os assentados dóceis a seus propósitos.

A sociedade do controle redimensiona e amplifica os pilares da sociedade disciplinar. Assim sendo, as agrovilas atendem a dinâmica de reprodução do capital de forma mais ágil, mas, não são essenciais. O controle é realizado por forças não especializáveis na dimensão local. Pode se citar os bancos que emprestam dinheiro para viabilizar a produção nos PAs e que tornam os assentados cidadãos endividados. Outra grande representante da sociedade do controle é a indústria de produtos agrícolas que, subordina os camponeses a um pacote tecnológico composto por agrotóxicos, sementes transgênicas, fertilizantes e maquinário de alto custo que os torna dependente de tais produtos para, em troca se inserirem nos esquemas dos agronegócios. O próprio deslocamento do modo de vida camponês a partir de tais tecnologias e dinâmicas que transformam e inserem os assentados em um público demandante de infraestrutura urbana e, retira deles sua característica de independência quanto às dinâmicas econômicas conjunturais.

6 Considerações Finais

A leitura de Secchi (2009) facilitou o traçado de um paralelo reflexivo entre realidades de momentos históricos diferentes, porém complementares. Isto porque o autor afirma que se deve considerar a progressiva globalização de muitos aspectos da vida social. Assim sendo, não deixa de ser global a tendência ao processo de urbanização, segundo Lefebvre (1999), mesmo nas áreas mais remotas.

Apesar de diferenças oriundas de especificidades locais, países periféricos tendem a incorporar modelos de países centrais. Além disso, segundo Oliveira (2001), políticas agrárias tendem a ser implementadas de modo cada vez mais convergente com os interesses dos segmentos mais articulados à dinâmica global.

A tese de doutorado de Germani (1993) e a publicação do INCRA sobre o urbanismo rural (CAMARGO, 1973) revelam a incorporação do modelo de planejamento espacial dos atuais assentamentos de reforma agrária, permitindo uma ponte entre a realidade brasileira atual e passada.

As considerações finais deste artigo se constituem num conjunto de questionamentos para se fechar lacunas abertas a partir da investigação traçada para tal, além de uma única afirmação.

O primeiro questionamento está ligado à necessidade de compreensão do significado da moradia rural no contexto múltiplo dos assentamentos. Estuda-lo com profundidade é como entender o embrião das relações sociais de produção e culturais estabelecidas, impostas e incorporadas à realidade brasileira.

Continuar os estudos das formas urbanas inseridas no espaço rural brasileiro, compreendendo como as sociedades disciplinares e as sociedades do controle se relacionam com elas, torna-se algo imprescindível para se refletir sobre os assentamentos de reforma agrária que vêm sendo implementados na Bahia desde o período de redemocratização do país. Assim sendo, acredita-se que o aprofundamento da compreensão das obras de Foucault de Deleuze levará a uma estruturação mais clara da realidade que se pretende discutir.

Diante desta consideração e, do que se pode refletir a partir das pesquisas levantadas, conclui-se que o processo de industrialização e suas consequências nas cidades remeteram ao campo novas necessidades, sendo a principal delas, o aumento da produtividade agrícola. Neste contexto, o século XX assistiu estratégias de inserção de valores e dinâmicas urbanas ao espaço rural, tais como a construção de núcleos urbanos de colonização como forma de controle e viabilização dos processos produtivos.

Assim, a sociedade disciplinar representada pelo controle panóptico das antigas fazendas de cana de açúcar e café foi sendo conceitualmente transportando para os projetos de colonização sob a égide do urbanismo rural e, posteriormente incorporado nos projetos de assentamento através das agrovilas. Porém, neste ultimo caso, a sociedade do controle já se coloca como uma realidade instalada e, a partir dela novas relações são colocadas no âmbito dos espaços da política de reforma agrária que não passam pela necessidade do confinamento espacial, ao contrario, a integração é dada como uma possibilidade de controle social estabelecida para a ampliação da base do capital.

Os projetos de assentamento, porém, não se configuram simplesmente em reflexos da sociedade do controle, eles se configuram como a territorialização da ação de movimentos sociais que lutam pela terra. Isto é, lutam pela inversão de padrões hegemônicos da estrutura fundiária estabelecidos secularmente no país. Assim sendo, os projetos de assentamentos estão inseridos na sociedade do controle, com todos os seus múltiplos aspectos, mas, são essencialmente espaços de grandes disputas e de resistência ao controle social.

7 Referências bibliográficas

- ARANTES, O. Uma Estratégia Fatal: a Cultura nas Novas Gestões Urbanas. In: A Cidade do Pensamento Único. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
- ASHER, FRANÇOIS. Os Novos Princípios do Urbanismo. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- CAMARGO, JOSÉ GERALDO DA CUNHA. Urbanismo Rural. Brasília: INCRA, 1973.
- CASTELLS, Manuel. A questão Urbana. 3ª edição. RJ: Paz e Terra (coleção pensamento crítico, vol. 48), 1993.
- CRUZ, CÍCERO FERRAZ. Fazendas do Sul de Minas Gerais: arquitetura rural nos séculos XVIII E XIX. Brasília, DF: IPHAN – Programa Monumenta, 2010.
- DELEUZE, GILLES. Conversações. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- ENGELS, F. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. (tradução: Anália C. Torres). Porto: Edições Afrontamento, 1975.
- FOUCAULT, PAUL-MICHEL. Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.
- GERMANI, GUIOMAR INEZ. Cuestión Agraria y Asentamiento de población em el Área Rural: La Nueva Cara de La Lucha por La Tierra. Bahia, Brasil (1964 – 1990). Tese de Doutorado, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993.
- GONÇALVES, C. W. P.; QUENTAL, E. A. Colonialidade do Poder e os Desafios da Integração Regional na América latina, 2011.
- HARVEY, D. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. A revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999/70.
- LEITE, S., HEREDIA, B., MEDEIROS L., PALMEIRA M. & CINTRÃO, R. Impactos dos Assentamentos. Um estudo sobre o meio rural brasileiro. IICA:NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- LUCCAS, Luís Henrique Haas. Estâncias e Fazendas: arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 1997.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: A Cidade do Pensamento Único. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
- MÓNCLUS, F.J & OYÓN, J.L. História y Evolución de la Colonización Agraria em Espana (Volumen 1) - Políticas y Tecnicas em la Ordenacion Del Espacio rural. Madrid: IEAL, IRYDA y SGT, DGVA y ITUR, 1988.
- OLIVEIRA, A U. Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- OLIVEIRA, F. M. C. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. São Paulo: Editora Novos Estudos CEBRAP, 1972.
- OLIVEIRA, NELSON. Reforma Agrária na Transição Democrática: A Abertura dos Caminhos à Submissão Institucional. Salvador: Loyola, 2001.

PANERAI, PHILIPPE; CASTEX, JEAN; DEPAULE, JEAN-CHARLES. Formas urbanas: de la manzana al bloque. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1986.

PAREDES, ALFREDO VILLANUEVA & MALDONADO JESUS LEAL. História y Evolución de la Colonización Agraria em Espana (Volumen 3) – La Planificacion Del regadio y lós Pueblos de Colonizacion. Madrid: IEAL, IRYDA y SGT, DGVA y ITUR, 1990.

SECCHI, BERNARDO. A Cidade do século XX. (Coleção Debates). São Paulo: Perspectiva, 2009.

VAINER, C. B. Pátria, Empresa e mercadoria: Notas sobre a Estratégia Discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: A Cidade do Pensamento Único. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.